

**Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**  
**Contencioso Administrativo e Tributário**

**Programa Ano 2023/24**

**Regência:**

Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva

**Programa**

**I - O Contencioso Administrativo no Divã da História**

1- Psicopatologia da vida quotidiana do Processo Administrativo. Da “infância difícil” do Contencioso Administrativo aos modernos “traumas” do Processo Administrativo

2- A fase do “pecado original” do Contencioso Administrativo. O Estado Liberal e o sistema do administrador-juiz

3- A fase do “baptismo” do Contencioso Administrativo. O “milagre” da jurisdicionalização do Contencioso Administrativo e o advento do Estado Social

4- A fase da “confirmação” do Contencioso Administrativo. Tribunais administrativos e tutela jurisdicional plena e efectiva dos particulares perante a Administração no Estado Pós-Social

4.1.- O primeiro período: a constitucionalização do Contencioso Administrativo. Dimensão real e simbólica da constitucionalização da Justiça Administrativa

4.2.- O segundo período: a europeização do Contencioso Administrativo. O Processo Administrativo no divã da Europa

4.3.- Brevíssimo “diagnóstico” do Direito Administrativo no Estado Pós-Social

**II - O Contencioso Administrativo no Divã da Constituição**

1- O Contencioso Administrativo como “Direito Constitucional concretizado”. Dependência constitucional do Direito Administrativo e dependência administrativa do Direito Constitucional

2- A Constituição Portuguesa do Processo Administrativo

2.1- O “compromisso” originário da Constituição de 1976 em matéria de contencioso administrativo e a prática constitucional até à revisão constitucional de 1982

2.2- A evolução do modelo constitucional de contencioso administrativo na revisão constitucional de 1982 e a primeira reforma do contencioso administrativo (1984/1985)

2.3- A transformação do modelo constitucional de justiça administrativa na revisão constitucional de 1989 e a “indiferença” da “realidade” constitucional

2.4- A “revolução copernicana” da Justiça Administrativa na revisão constitucional de 1997 e a “agravada” inconstitucionalidade por omissão do legislador do contencioso administrativo

2.5- O longo procedimento de “gestação” e...Finalmente, a reforma do Processo Administrativo (2002/2004)!

2.6- A “reforma da reforma” (2015). Evolução na continuidade?

3- “Relatório clínico” da reforma e “diagnóstico provisório” das perspectivas de evolução futura do processo administrativo

### III “Eros e Thanatos”: Os elementos do processo

1- Todo o processo administrativo se tornou de plena jurisdição. Meios processuais e poderes do juiz no novo contencioso administrativo

2- Regras sobre os elementos do processo

2.1 - Sujeitos (de um processo de partes)

2..2 - Objecto do processo

2.2.1- Pedido

2.2.2- Causa de pedir

### IV - “Ego e Id”: A Acção Administrativa

1- Da dualidade (especial/ comum) à unidade de meios processuais. Unidade real ou aparente

2- A acção administrativa e suas modalidades

2.1-Da impugnação de actos administrativos

2.1.2- Âmbito de aplicação

2.1.3- Pressupostos processuais

2.1.3.1 - O acto administrativo impugnável

2.1.3.2- Outros pressupostos processuais: legitimidade e oportunidade

2.2- Da condenação à prática de acto devido

2.2.1- Âmbito de aplicação

2.2.2 - Pressupostos processuais

2.3 - Da impugnação e da condenação à emissão de normas regulamentares

2.3.1- Âmbito de aplicação

2.3.2- Pressupostos processuais

2.4 - Do contencioso dos contratos da função administrativa

2.4.1- Pressupostos processuais no domínio contratual da função administrativa

3- O problema do contencioso da responsabilidade civil pública

3.1- “Era uma vez...” O “longo caminho” da dualidade para a unidade do contencioso da responsabilidade civil contratual das entidades públicas. Uma história interminável?

### VI – “Totem e Tabu”: Os Processos Urgentes

1- Os processos urgentes

1.1- Processo eleitoral

1.2 - Processo pré-contratual

1.3 - Intimação para prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões

1.4- Intimação para protecção de direitos fundamentais

## VI – “Mal-estar na Civilização”: A tutela cautelar

1 – As grandes transformações da tutela cautelar:

1.1- “Antes” e “depois” da Reforma

1.2- Os dois momentos da reforma (“antes” e “depois” de 2015)

2- Do princípio da tipicidade à “cláusula aberta” em matéria de providências cautelares

3- Providências cautelares de conteúdo negativo e positivo.

## **INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS**

**MÁRIO AROSO DE ALMEIDA**, «Manual de Processo Administrativo», 4ª ed., Almedina, Coimbra, 2020.

**FREITAS DO AMARAL / MÁRIO AROSO DE ALMEIDA**, «Grandes Linhas da Reforma do Contencioso Administrativo», 3ª edição (reimp.), Almedina, Coimbra, 2007.

**VIEIRA DE ANDRADE**, «A Justiça Administrativa (Lições)», 17ª edição, Almedina, Coimbra, 2019.

**WLADIMIR BRITO**, «Lições de Direito Processual Administrativo», 3ª edição, Petrony, Lisboa, 2018.

**SÉRVULO CORREIA**, «Direito do Contencioso Administrativo», I vol., Lex, Lisboa, 2005.

**ANTÓNIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA**, «Organização Judiciária Administrativa (e Tributária)», Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

**VASCO PEREIRA DA SILVA**, «Direito Constitucional e Administrativo sem Fronteiras», Almedina, Coimbra, 2019.

- «O Contencioso Administrativo no Divã da Psicanálise – Ensaio Sobre as Acções no Novo Processo Administrativo», 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2009.

-- «Novas e Velhas Andanças do Contencioso Administrativo – Estudos sobre a Reforma do Processo Administrativo», AAFDL, Lisboa, 2005.

-- «Temas e Problemas de Processo Administrativo – Intervenções do Curso de Pós-graduação sobre o Processo Administrativo» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2010, <http://www.icjp.pt/publicacoes>

**VASCO PEREIRA DA SILVA / MIGUEL ASSIS RAIMUNDO / TIAGO SERRÃO / JOSÉ DUARTE COIMBRA / DAVID PRATAS BRITO / RITA CURRO**, «“Casos Clínicos” de Processo Administrativo (Caderno Prático)», AAFDL, Lisboa, 2019.

**VASCO PEREIRA DA SILVA / GONÇALOMATIAS / MARIA JOANA COLAÇO / TIAGO MACIEIRINHA**, «O Processo Administrativo em Ação – Caderno de Trabalhos Práticos de Contencioso Administrativo», Universidade Católica Editora, Lisboa, 2009.

**VASCO PEREIRA DA SILVA / INGO WOLFGANG SARLET**, «Direito Público Sem Fronteiras» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2011, <http://www.icjp.pt/publicacoes>